



Embora ainda pouco estudada pela doutrina, a intervenção da União nos Estados e a destes nos Municípios constitui um dos mais importantes instrumentos para a preservação do pacto federativo. A reconhecida fragilidade da federação brasileira, sujeita historicamente a movimentos pendulares no sentido da centralização e descentralização do poder político, confirma a relevância de tal temática.

O conhecimento dos aspectos teóricos e procedimentais dessa medida extrema apresenta, portanto, grande importância para todos aqueles que queiram aprofundar-se nos estudos de Direito Público e da Ciência Política.

A presente obra, que resulta de uma tese de livre-docência defendida pelo autor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, aborda de modo objetivo e didático a origem, o desenvolvimento, o conceito e, de modo especial, os pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil.

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI

## PRESSUPOSTOS MATERIAIS E FORMAIS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO BRASIL

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica da obra

DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins do livro

DIREITO E CIÊNCIA POLITICA

Público-alvo/consumidores da obra

PROFESSORES; PESQUISADORES;  
ACADÊMICOS E OPERADORES DE  
DIREITO EM GERAL

L669p	Lewandowski, Enrique Ricardo  Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil/ Enrique Ricardo Lewandowski. 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2018.  176 p. ISBN: 978-85-450-0488-2  1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Ciência política. 4. Intervenção federal. I. Título.  CDD 341.2 CDU 342
-------	---

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 176 p. ISBN 978-85-450-0488-2.

**Enrique Ricardo Lewandowski** é Ministro do Supremo Tribunal Federal, tendo ocupado o cargo de Presidente dessa Corte e do Conselho Nacional de Justiça de 2014 a 2016. Exerceu interinamente a Presidência da República Federativa do Brasil, em 2014, e do Senado Federal, para os fins do julgamento do processo de *impeachment* no ano de 2016. Também ocupou o cargo de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral de 2010 a 2012. Foi Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Formado em Ciências Políticas e Sociais e em Direito, detém os títulos de mestre, doutor e livre-docente em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP e de *Master of Arts* em Relações Internacionais pela *Fletcher School of Law and Diplomacy*, da *Tufts University*, administrada em cooperação com a *Harvard University*, nos Estados Unidos. Também é Professor Titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da USP.

## SUMÁRIO DO LIVRO:

### INTRODUÇÃO

#### CAPÍTULO 1

##### O FEDERALISMO BRASILEIRO

- 1.1 Formas de Estado
- 1.2 Confederações e Federações
- 1.3 Características do Estado Federal
- 1.4 Transformações do Federalismo
- 1.5 Evolução do Estado Federal no Brasil

#### CAPÍTULO 2

##### A INTERVENÇÃO FEDERAL NO DIREITO COMPARADO

- 2.1 Fundamentos da Intervenção
- 2.2 A Intervenção nos Estados Unidos
- 2.3 A Intervenção na Alemanha
- 2.4 A Intervenção na Suíça
- 2.5 A Intervenção no México
- 2.6 A Intervenção na Argentina

#### CAPÍTULO 3

##### A INTERVENÇÃO FEDERAL NO DIREITO BRASILEIRO

- 3.1 A Intervenção na Constituição de 1891
- 3.2 A Intervenção na Reforma Constitucional de 1926
- 3.3 A Intervenção na Constituição de 1934
- 3.4 A Intervenção na Constituição de 1937
- 3.5 A Intervenção na Constituição de 1946
- 3.6 A Intervenção nas Constituições de 1967 e 1969
- 3.7 A Intervenção na Constituição de 1988

#### CAPÍTULO 4

##### PRESSUPOSTOS MATERIAIS DA INTERVENÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

- 4.1 A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal
  - 4.1.1 Manutenção da integridade nacional
  - 4.1.2 Repulsa à invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra
  - 4.1.3 Pôr termo a grave comprometimento da ordem pública
  - 4.1.4 Garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação
  - 4.1.5 Reorganizar as finanças da unidade da Federação
  - 4.1.6 Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial

- 4.1.7 Assegurar a observância de princípios constitucionais
  - 4.1.7.1 Forma republicana, sistema representativo e regime democrático
  - 4.1.7.2 Direitos da pessoa humana
  - 4.1.7.3 Autonomia municipal
  - 4.1.7.4 Prestação de contas da administração pública direta e indireta
- 4.2 A Intervenção nos Municípios
  - 4.2.1 Considerações gerais
  - 4.2.2 Hipóteses de Intervenção nos Municípios

## CAPÍTULO 5

### PRESSUPOSTOS FORMAIS DA INTERVENÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

- 5.1 Iniciativa e execução da Intervenção
  - 5.1.1 Intervenção mediante solicitação do Poder coacto ou impedido
  - 5.1.2 Intervenção mediante requisição do Judiciário
  - 5.1.3 Intervenção de ofício
  - 5.1.4 Processo da representação interventiva
  - 5.1.5 Natureza da Decisão Interventiva
- 5.2 Amplitude, prazo e condições da Intervenção
- 5.3 A figura do interventor

## CONCLUSÕES